

**OS TRABALHADORES NAS PÁGINAS DO ESTADÃO:  
“DEMONIZAÇÃO” E CRIMINALIZAÇÃO DOS  
MOVIMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS E  
URBANOS (1963-1964) NO JORNAL O ESTADO DE S.  
PAULO.**

*Luiz Antonio Dias\**

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar a forma como o matutino *O Estado de S. Paulo* retratou os movimentos de trabalhadores, tanto rurais como urbanos, no período que antecedeu o Golpe Civil Militar de 1964. Mais especificamente entre outubro de 1963 e março de 1964, buscamos compreender em que medida esse periódico contribuiu para a disseminação do “fantasma” do comunismo – associando o termo às lutas camponesas, à reforma agrária, aos sindicatos e às greves – e como legitimou o golpe civil-militar como única alternativa para conter aquela ameaça. Avançamos, na análise do material, até o final de abril de 1964, para mostrar como esse jornal justificou o golpe e a violência que se seguiu sobre os trabalhadores. Mostramos que, através de forte atuação editorial, o periódico vinculou as manifestações sindicais e as greves ao “avanço comunista”, contribuindo para o processo de criminalização das lutas dos trabalhadores – tanto no campo quanto na cidade – e de desconstrução da legitimidade de suas reivindicações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe de 1964. Imprensa. Trabalhadores.

---

\* Doutor em História Social – UNESP-Assis. Pós-Doutorado pela Universidad de Córdoba. Professor do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA). E-mail: [luizhistoria@yahoo.com.br](mailto:luizhistoria@yahoo.com.br)

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to present how the morning newspaper “O Estado de S. Paulo” portrayed the movement of workers, both rural and urban, in the period before the Civil Military Coup, to be more precise, between October 1963 and March in 1964, we try to understand to what extent this newsletter has contributed to the spread of “communism’s ghost” - associating the term to peasant struggles, agrarian reform, trade unions and strikes and how legitimized the civil-military coup as the only way to contain that threat. We move forward in the analysis of material by the end of April 1964 to show how this newspaper has justified the coup and the ensuing violence on workers. We show that, through strong editorial role, the journal linked the industrial action and strikes the “Communist breakthrough,” contributed to the criminalization process of workers’ struggles - both in the field and in the city - and deconstruct the legitimacy of their claims.

**KEYWORDS:** 1964. Coup. Press. Workers.

### **A pena legitimando o fuzil**

Para compreender o processo de criminalização dos trabalhadores, no momento que antecedeu o golpe civil militar de 1964, utilizamos como fonte primária o jornal *O Estado de S. Paulo*, no período de outubro de 1963 a abril de 1964. Esse recorte cronológico fundamenta-se nos episódios ocorridos em outubro de 1963, como o pedido de estado de sítio – que será apresentado mais adiante – e uma grande greve ocorrida em São Paulo; ao avançarmos até abril de 1964, analisamos a forma pela qual o jornal recepcionou os militares no poder e legitimou o golpe. A escolha desse jornal fundamentou-se na importância de suas páginas e seu envolvimento em diversos episódios históricos do país; além disso, esse periódico sempre foi referência no meio jornalístico, tanto na cena local como nacional. Em 1964, *O Estado de S. Paulo* era um dos grandes jornais do país, pela sua tiragem e

pela sua relevância opinativa, tido como um jornal sério e coerente pelos leitores, era visto como uma fonte de “informações seguras”.

O uso da imprensa como fonte histórica requer certo cuidado teórico-metodológico, pois devemos compreender o veículo de comunicação como produto social. Para evitarmos armadilhas e anacronismos, não podemos analisar essas fontes de forma isolada, separadas do contexto histórico. Não devemos aceitar determinada narrativa do acontecimento como a única possível, pois, na realidade, ela está diretamente relacionada aos interesses, às ideias e às necessidades do próprio jornal. Verificamos, assim, que pode existir distância entre o ocorrido e o narrado, justamente, em função da posição de cada um desses veículos da grande imprensa. Dependendo das necessidades e conveniências do momento histórico, as fontes podem ser manipuladas, seja para justificar, seja para produzir uma “realidade” que legitime o discurso da época. Mas, mesmo deturpando o real, essa fonte é importante e deve ser utilizada, inclusive para mostrar como se opera essa ação de construção de determinada ideia do real.

A forma como o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou o golpe civil-militar em 1964 é, nesse sentido, um caso exemplar do que aqui estamos argumentando. Para compreendermos porque o processo foi noticiado de uma forma, e não de outra, devemos, como indica Luca, verificar:

[...] suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (LUCA, 2006, p. 140).

A imprensa e seus agentes orgânicos, os proprietários, editores e jornalistas determinam o que será “notícia” e, o mais importante, a forma como esse fato será noticiado. Cabe, pois, ao historiador aplicar o rigor técnico e metodológico de seu ofício à análise dos fatos e documentos, buscando problematizar sua estrutura, discutir suas nuances e, assim, oferecer subsídios para

melhor entender as causas e motivações que elevam determinado acontecimento à condição de “notícia”.

Devemos, também, analisar a posição dos leitores, já que existe grande distância entre o que “foi dito” pela imprensa e o que foi entendido e aceito pelo público. Portanto, é necessário tomar alguns cuidados com a ideia de manipulação exercida pelos meios de comunicação. O leitor não pode ser visto como massa amorfa, que pode ser “moldada” contra seus próprios interesses, defendemos a ideia de que o jornal atinge, sobretudo, seu próprio grupo, as pessoas que já pensam de forma parecida à do veículo. Seria, portanto, um respaldo importante para a confirmação da opinião do indivíduo. Isso não significa, porém, reduzir a importância e a responsabilidade dos jornais por aquilo que é noticiado e pela forma como essa notícia foi construída.

O jornal *O Estado de S. Paulo* – fundado em 1875, como *Província de S. Paulo* – nasceu norteado pelos princípios e projetos do pensamento liberal. Talvez por isso, trazia já em seu nascedouro uma visão mais elitizada da sociedade, evidenciada na aberta e sistemática crítica que fazia aos movimentos sociais, nem tanto contra a pertinência de suas causas, mas, sobretudo, pela forma de atuação de seus membros. “Quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional (1935) o OESP considerou-a branda [...] no combate ao banditismo (comunismo) brasileiro, tudo deveria ser sacrificado.” (CAPELATO, 1989, p. 121). A concessão de benefícios sociais e trabalhistas, na década de 1930, só passou a contar com o apoio do jornal após a constatação de que seriam instrumento importante no combate ao comunismo. Esse avanço, no entanto, deveria ser fruto da ação do Estado e não uma conquista das lutas dos trabalhadores.

É interessante notar que o liberalismo nem sempre foi praticado com a mesma desenvoltura pelo jornal. Suas convicções liberais ficaram, por exemplo, muitas vezes represadas nos estreitos limites da redação. Evidentemente, em alguns momentos, houve certa contradição entre esses princípios liberais “econômicos” e os “políticos”. No plano político, o jornal aceitou a intervenção em 1937 e o Estado Novo, mas o apoio não durou muito tempo. No

início de 1940, *O Estado de S. Paulo* sofreu intervenção. Júlio de Mesquita Filho só conseguiu recuperá-lo em dezembro de 1945. Importante destacar que, mesmo antes desse episódio, o jornal já demonstrava descontentamento com o governo Vargas, com seu discurso nacionalista e populista. O confisco do jornal tornou a relação ainda mais conflituosa. Para Capelato e Prado, 1937 foi “[...] o final de um período em que se pode assistir ao esboroar das perspectivas do periódico, vítima de suas próprias contradições, aguçadas pelo temor do comunismo.” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 65-66).

Ao assumir a defesa do governo militar, em 1964, *O Estado de S. Paulo* fez ecoar o pensamento de variados setores da imprensa; tal qual como em 1935 e 1937, “o banditismo” deveria ser combatido. Para esses setores, a defesa da “Revolução Redentora” era o caminho mais seguro para reencontrar a paz social e garantir os direitos básicos do cidadão ameaçados, naquele contexto, pelo avanço das “agitações comunistas” no território brasileiro.

Nesse sentido, apresentamos um mapeamento de algumas expressões – “greve”, “comunismo”, “reforma agrária” – utilizadas pelo jornal, bem como uma análise de parte das matérias em que essas expressões apareceram. Optamos por selecionar esses termos, pois estavam diretamente relacionados à organização de trabalhadores (greve), demandas (reforma agrária) ou “demonização” (comunismo) e poderiam indicar a forma como esse periódico interpretava e difundia esses elementos. Esses dados foram obtidos a partir de consultas ao acervo do jornal, utilizando a ferramenta de busca do próprio jornal. É importante destacar que esses dados podem apresentar divergências quando comparados aos obtidos com outras formas de coleta; de qualquer forma, os números encontrados, que podem ser ainda maiores, são importantes, pois indicam a grande preocupação do jornal com esses temas.

Verificamos, dentro do nosso recorte cronológico, os seguintes números para o termo “greve”: 211 referências em outubro de 1963, o maior índice desse ano; em novembro,

ainda de 1963, temos 202 citações, o segundo maior do ano; e, finalmente, em dezembro, encontramos 62 referências. Em janeiro de 1964, verificamos 66 referências; em fevereiro, 69; em março, observamos o maior índice do ano: 107; e, finalmente, em abril, foram 72. Cabe destacar que o ano de 1963, ao longo de toda a década, foi o que mais apresentou referências ao termo “greve”.

Quando procuramos a palavra “greve”, associada, em uma mesma matéria, ao termo “comunismo”, encontramos, evidentemente, números menores, mas ainda assim expressivos, sobretudo no mês de outubro de 1963 (32), o maior índice do ano, seguido por novembro (23). Em dezembro, a ocorrência caiu para três, mesmo número de janeiro de 1964; depois temos uma ampliação das referências: 12 vezes em fevereiro, 20 em março e 34 em abril. Nos meses seguintes ao golpe, as aparições desses termos em conjunto caíram bastante.

Situação semelhante também ocorreu com as referências, em conjunto, dos termos “reforma agrária” e “comunismo”, que tiveram redução significativa após o golpe. Antes, porém, essa associação era comum. Em outubro de 1963, encontramos 17 vezes; em novembro, 20 vezes; em dezembro, o número de referências caiu para dois. Em janeiro de 1964, observamos quatro ocorrências; em fevereiro, subiu para 12; em março, para 21; em abril, a associação apareceu 18 vezes.

Diante desse amplo material, optamos por selecionar algumas das referências mais significativas para apresentar a forma como o jornal apresentou os trabalhadores e suas lutas. Destacamos a cobertura do jornal à “Greve dos 700 mil”, ocorrida em São Paulo no final de outubro de 1963, bem como a cobertura sobre as propostas de reforma agrária. Em muitos casos, o termo “greve” foi utilizado apenas para informar a ocorrência de uma greve ou o final dela, sem grande aprofundamento analítico. Em outros momentos, é claramente perceptível o trabalho jornalístico na tentativa de criminalizar o movimento. O jornal esforçava-se, muitas vezes, para mostrar que essas lutas faziam parte de ampla “estratégia comunista” para criar o caos. Nesse sentido, a narrativa do fato estará sempre permeada de intencionalidades, como bem destacam Cruz e Peixoto:

[...] notícias sobre os movimentos sociais ou sobre greves veiculadas por algum jornal da grande imprensa ou revista semanal no período da ditadura, são ali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos naquele período. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Assim, ao analisarmos o material coletado do jornal *O Estado de S. Paulo* no período de outubro de 1963 – quando o presidente João Goulart encaminhou proposta de “estado de sítio” ao Congresso e passou a ser acusado de golpista pela imprensa – até abril de 1964, foi possível apontarmos em que medida esse periódico contribuiu para a disseminação do “fantasma” do comunismo e como legitimou o golpe civil-militar como única alternativa para conter essa ameaça. Por meio de forte atuação editorial, esse periódico vinculou as manifestações sindicais e as greves a uma “ardilosa trama comunista” para, com o aval do presidente João Goulart, implantar uma república sindicalista no Brasil. Também percebemos um processo de criminalização das lutas dos trabalhadores – tanto no campo quanto na cidade – e de desconstrução da legitimidade de suas reivindicações.

### **Camponeses e operários, a foice e o martelo**

O mês de outubro de 1963 começou de forma bastante intensa. Ainda sob o impacto de uma revolta de sargentos – ocorrida em setembro, na cidade de Brasília –, os leitores do jornal *Tribuna da Imprensa* puderam ler, em primeiro de outubro, a entrevista concedida por Carlos Lacerda – governador da Guanabara – ao jornal *Los Angeles Times*, em que ele atacava o presidente João Goulart por suas relações com os comunistas e seu apoio à indisciplina nas Forças Armadas; finalizando, Lacerda cobrava uma posição mais dura dos EUA contra essa situação.

Nesse interim, o jornal *O Estado de S. Paulo* brindava seus leitores com o editorial “A Marcha da Convulsão”, onde afirmava que “Não se pode negar [...] o êxito da campanha

comunista empreendida no País pelos totalitários em geral e pelos comunistas em particular.” (O ESTADO DE S. PAULO, 1 out. 1963, p. 3). O editorial seguia afirmando que os “totalitários de esquerda” comumente acusavam de fascistas todos aqueles que eram contra as greves ilegítimas, “[...] na suposição de que as massas ignoram a ilegalidade, no bolchevismo, de todas as greves, que são afogadas em sangue, quando o operariado [...] se revolta contra o inferno do paraíso em que vive.”

Cabe destacar a proximidade do jornal com a UDN (União Democrática Nacional), principal partido de oposição ao presidente João Goulart, e com Carlos Lacerda, provável indicação da UDN para concorrer às eleições presidenciais de 1965.

Desse momento e até abril de 1964, teremos inúmeras referências ao comunismo e sua vinculação com movimentos de trabalhadores. Isso fica ainda mais evidente em outro editorial dessa mesma data: “A Tática Comunista”. Para o jornal, existiria um plano ardiloso em que as “[...] agitações das Ligas Camponesas, os assaltos frequentes aos engenhos e terras açucareiras, os discursos explosivos dos Juliões e dos Arraes [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 1 out.1963, p. 3) serviriam para desviar o foco do epicentro do avanço comunista, que era a região Centro-Sul do país. Assim, prosseguia o jornal:

A greve dos bancários na Guanabara e a tática a que eles estão decididos a recorrer para levarem de vencida não só os empregadores, mas a própria Justiça do Trabalho, **são claramente indicativas do perigo que está rodeando as instituições do País.** (O ESTADO DE S. PAULO, 1 out.1963, p. 3, grifos nossos).

A conclusão do texto evidenciava a inépcia do governo, afirmando que ele se recusava a proteger a Pátria contra aqueles que a queriam escravizada.

Durante grande parte do mês de outubro de 1963, o jornal dedicou-se a criticar o pedido de estado de sítio solicitado ao Congresso pelo presidente João Goulart. Em grande parte desse material, observamos a vinculação do pedido à tentativa de golpe



para estabelecer uma “república sindicalista”. Para Ferreira (2011), os ministros militares, indignados com a postura de Carlos Lacerda no episódio da entrevista, sugeriram que o presidente João Goulart deveria solicitar o estado de sítio, instrumento necessário para uma eventual intervenção na Guanabara. No entanto, faltou-lhe apoio de todos, da direita – como esperado – e, mesmo, dos setores da esquerda como, por exemplo, do PCB, do governador Miguel Arraes, da UNE; importante destacar que: “O grande receio das esquerdas era de que as leis de exceção se voltassem contra elas e o movimento sindical.” (FERREIRA, 2011, p. 368).

No final de outubro de 1963, observamos ampla cobertura à greve dos “700 mil” e a tentativa de apresentar esse episódio como mais um elemento do plano, que avançava rapidamente, para desestabilizar o país.

Antes mesmo da eclosão dessa greve, o jornal destacava, em matéria de página inteira, intitulada “Dirigente sindical denuncia ação comunista nas ferrovias” (O ESTADO DE S. PAULO, 13 out. 1963, p. 27), a influência e infiltração dos comunistas nos sindicatos, indicando que as greves eram um instrumento para “agitar a Nação”. No dia 18 de abril de 1963, o título da matéria apresentava tom semelhante: “Salários: o PAC (Pacto de Ação Conjunta) tenta acirrar os ânimos visando a greve geral” (O ESTADO DE S. PAULO, 18 abr. 1963, p. 14). O texto afirmava que os dirigentes sindicais buscavam criar um impasse nas negociações, para justificar a convocação de uma grande greve, com mais de 70 sindicatos, agregando 700 mil trabalhadores. O jornal percebia – e criticava – que o grande risco era o princípio que norteava a greve: a tentativa de unificar as negociações, como indicava a matéria a seguir:

[...] os diretores do Sindicato profissional [...] estão adotando uma tática protelatória, a fim de que não se realizem de imediato, os entendimentos na fase administrativa [...] outros membros [...] preferem uma solução inviável e ilegal: o entendimento direto com a Federação das Indústrias de S. Paulo (FIESP) passando por cima da Consolidação das Leis do Trabalho [...]. Procuram ganhar

tempo, pois nos próximos dias, conforme essa folha já publicou, haverá uma série de providências objetivando um acirramento de ânimos que conduza à greve do maior número de categorias. (O ESTADO DE S. PAULO, 18 abr. 1963, p. 14).

Nessas linhas, ficava evidente a ideia defendida pelo jornal: a situação era artificial, os diretores do “sindicato profissional” atuavam deliberadamente para acirrar os ânimos e conduzir os trabalhadores a uma greve ilegal, pois contrária aos princípios básicos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como o acordo intersindical.

Os líderes do movimento [...] estavam descrentes em relação aos entendimentos entre a CNTI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). [...] Para eles, sindicalistas, o receio dos patrões não estava no teor das reivindicações, muito menos no valor do reajuste pleiteado, mas, sim, no perigo que a mudança na forma de negociar os dissídios coletivos poderia representar aos interesses patronais. Os empregadores tinham consciência de que se a CNTI passasse a representar todas as categorias de trabalhadores, o movimento operário ganharia força e coesão. A mudança nas negociações coletivas poderia representar a unidade da classe operária e teria as organizações horizontais como as principais representantes dos trabalhadores. (CORRÊA, 2008, p. 222-223).

Para Corrêa, era um momento extremamente delicado e tenso, pois uma “[...] campanha liderada pela oposição ao governo Goulart disseminava o medo de que uma nova ‘república sindicalista’ se instalasse no país. Desde meados de 1962, o CGT e o PAC atuavam como entidades centralizadoras dos sindicatos [...]” (CORRÊA, 2008, p. 220).

Em vários momentos, verificamos a tentativa de o jornal desqualificar esses grupos. Uma charge, publicada no início de outubro, apresentava o presidente João Goulart carregado por “elementos suspeitos”, com fisionomias assustadoras e camisas

com as siglas PAC (Pacto de Ação Conjunta), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e FSD (Fórum Social de Debates), tendo em volta crianças, mulheres, trabalhadores com semblantes assustados (O ESTADO DE S. PAULO, 4 out. 1963, p. 4). Era nítida a tentativa de indicar que o presidente não possuía apoio popular, dos trabalhadores reais, mas de agitadores profissionais que eram assustadores e perigosos para o Brasil.

A discussão sobre o caráter das greves continuou pautando o jornal até o final de outubro. Em entrevista, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, atribuía a possibilidade da ocorrência de uma greve, que poderia paralisar 700 mil trabalhadores, à “falta de severidade administrativa por parte do governo federal” (O ESTADO DE S. PAULO, 26 out. 1963, p. 5), mas afirmava que São Paulo estava preparado para evitar as desordens. Cunha destaca – no relatório da Comissão Nacional da Verdade, no texto sobre violações de direitos humanos dos trabalhadores – que:

[...] a postura repressiva adotada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, contrastava fortemente com o comportamento negociador do governo federal e de seu ministro do Trabalho, Amaury Silva, senador pelo PTB. Em pronunciamento feito pela televisão, o governador Ademar de Barros (militar e economicamente engajado na conspiração contra Goulart) interveio diretamente contra a greve, afirmando que o movimento havia subvertido a ordem pública e conclamava o operariado a não aderir. Apelou a Deus e às mães, esposas e noivas, exortando-as a não deixarem seus filhos, maridos e noivos fazerem greve. Seu secretário de Segurança, general Aldevio Barbosa de Lemos, repetiu os argumentos do governador, declarando à imprensa que a greve era política e subversiva. (CUNHA, 2014, p. 57).

Assim, a greve foi apresentada, pelo jornal e pelos políticos de oposição, como desordem e caos, promovida pelo próprio governo federal. No dia seguinte, um artigo assinado por Pedro Dantas, intitulado “Greves Políticas” (O ESTADO DE S. PAULO, 27 out. 1963, p. 4), explicava que o “Partido Comunista utiliza as greves

para chegar ao poder. Quando e onde já o tenha conquistado, não as admite mais, seja contra o que for”. Seguia explicando que, nas democracias, as greves são sempre aceitas e toleradas, desde que legítimas, quando apresentam reivindicações econômicas. As greves políticas, porém, seriam ilegítimas e, portanto, não deveriam ser toleradas.

No dia seguinte, 28 de outubro, os trabalhadores decidiram decretar a greve. Organizada a partir da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), os operários buscavam um reajuste salarial de 100% e uma série de outras reivindicações econômicas; no entanto, o que mais assustava as forças conservadoras eram as reivindicações políticas:

[...] os trabalhadores procuravam também intensificar a luta pelas reformas de base, sobretudo, a reforma agrária. E, ainda, queriam a encampação das refinarias, a posse imediata dos deputados operários e sargentos eleitos e não empossados em virtude das acusações de práticas comunistas e outras medidas contra a Carestia. (CORRÊA, 2008, p. 225).

Outra reivindicação era a centralização das negociações em torno de uma central sindical, isso daria força às categorias mais frágeis e, também, aos trabalhadores em geral, que poderiam organizar greves muito mais amplas, unindo várias categorias, como o foi a própria greve dos 700 mil. Para a FIESP e, como demonstrado anteriormente, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, isso era ilegal, pois contrário à CLT; além disso, empresários e o jornal não viam legitimidade, para negociação, na CNTI.

Após três dias de greve, o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) determinou que o julgamento seria por categoria e não unificado. Embora tenham conseguido um reajuste próximo do reivindicado (80%) e a não punição dos grevistas, foi negada a unificação das datas-bases, principal ponto da pauta política. Apesar disso, para Negro e Silva, o que ocorreu foi uma vitória, ainda que parcial, nessa questão, pois “a volta à produção só aconteceu quando uma Comissão de Greve negociou um acordo válido para 700

mil trabalhadores, independentemente dos entendimentos terem ocorrido em particular” (NEGRO; SILVA, 2011, p. 85); assim, para os autores, na prática, houve um avanço nas reivindicações, pois o acordo foi coletivo.

Por outro lado, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a greve já era um fracasso desde seu início, como se via em artigo intitulado “Vitória do operariado: a greve política malogra em S. Paulo”, que afirmava: “[...] de acordo com informações colhidas junto à FIESP e posteriormente corroboradas pelas autoridades policiais, verificava-se que apenas 30% do operariado entrou em greve pelo que se considerava malgrado o movimento” (O ESTADO DE S. PAULO, 30 out. 1963, p. 36). O texto seguia apresentando a situação em algumas regiões do estado de São Paulo, sempre destacando a baixa adesão e críticas da FIESP ao Ministro do Trabalho, Amaury Silva, que teve pouco contato com os empregadores, mas sempre recebia os grevistas. Outro texto, na mesma página, intitulado “Adaucto diz que Goulart é quem chefia a conspiração”, fazia alusão à declaração do deputado federal Adaucto Lucio Cardoso, líder da UDN na Câmara, para quem: “[...] nesse episódio da greve geral de São Paulo, temos a demonstração de que o sr. João Goulart é incansável no seu propósito de conspirar contra o sossego da Nação”. Assim, o jornal buscava mostrar que o movimento não representava os interesses dos operários nem os da nação e, pior, era um movimento ilegal orquestrado pelo próprio presidente da república e por seu ministro do trabalho.

No dia do julgamento da greve pelo TRT (31 de outubro de 1963), o jornal destacava a situação de caos e baderna na cidade de São Paulo, promovida pelos grevistas e piquetes que chegaram, inclusive, a tombar um carro de polícia. Segundo *O Estado de S. Paulo*, esses atos de violência, por si só, já justificavam a prisão de mais de mil operários.

Nos dias que se seguiram ao julgamento da greve, o jornal comemorou a vitória da lei e da ordem contra a tentativa de impor o caos pela CNTI. Em matéria intitulada “Confirma-se o malogro da greve: o TRT rejeita a tese da CNTI” (O ESTADO

DE S. PAULO, 1 nov. 1963, p. 30), mostrava que a organização não havia conseguido mobilizar aqueles a quem supostamente representava, tendo sido afastada, pela justiça, do debate no judiciário.

Para Corrêa, “de um lado, os trabalhadores procuravam instituir uma nova forma de negociar com os patrões dentro e fora da Justiça do Trabalho. De outro, a classe patronal procurava desmobilizar o movimento [...] classificando-os como ‘agitadores’.” (CORRÊA, 2008, p. 228). Nesse sentido, a cobertura da imprensa paulistana, em geral, e do *O Estado de S. Paulo*, em especial, foi muito importante nessa construção imagética, pois mostravam à população que grande parte dos envolvidos não era “trabalhadores de verdade”, mas arruaceiros; indicavam, dessa forma, que as prisões e punições eram sido justas.

Negro e Silva confirmam essa forma de atuação dos patrões, essa tentativa de deslegitimar as organizações operárias, indicando que “por meio da FIESP, os patrões atuaram coletivamente nas mesas-redondas, mas só concordaram com negociações em separado, entender-se diretamente com a CNTI era ilegal, alegavam.” (NEGRO; SILVA, 2011, p. 83).

Da mesma forma que *O Estado de S. Paulo* apresentava as greves como fruto da ação de agitadores profissionais, comunistas e toda sorte de elementos nocivos à sociedade, também o fazia com relação às manifestações no campo. Evidentemente que esse posicionamento do jornal estava em consonância com a grande parte das elites nacionais, preocupadas com as greves e a ação no campo, mas, sobretudo, com o que isso representava em termos de avanços populares.

Em fevereiro de 1964, a matéria intitulada “Projeto deve criar CPI sobre a agitação rural em toda a Nação”, o jornal destacava a importância dessa CPI, que poderia “[...] verificar ‘in loco’, as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais [...]” (O ESTADO DE S. PAULO, 22 fev. 1964, p. 5). A ideia embutida no texto não deixa dúvidas sobre a visão de “conspiração” do jornal. A transcrição da entrevista do deputado Cunha Bueno, autor da proposta, contribui para reafirmar essa ideia:

Tem crescido sensivelmente nos meios rurais o ambiente de agitação que, depois de perturbar a vida das maiores concentrações urbanas do País, através de sucessivas greves, ameaça contaminar também os meios agrícolas. [...] alguns setores governamentais estão incentivando o clima de desordem e a tentativa de invasão de terras [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 22 fev. 1964, p. 5).

O destaque dado pelo jornal a esse tipo de argumento contribuiu para o clima de intranquilidade reinante e, em certa medida, foi utilizado para justificar a ação dos militares. Na mesma edição, o jornal informava que os debates no legislativo mineiro indicavam que “A maioria da Assembleia é contra os métodos empregados pela SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária), repudia o comunismo e defende o respeito ao direito de propriedade”. Na sequência, informava que mesmo um deputado do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – base de sustentação do presidente João Goulart – tecia críticas aos excessos: “Ao final (Daniel de Barros), não discordou do presidente da República, mas não pôde deixar de condenar a inquietação promovida pelos comunistas”. (O ESTADO DE S. PAULO, 22 fev. 1964, p. 5).

O jornal nunca escondeu sua posição sobre as propostas de reforma agrária. Já no início de 1964, em editorial intitulado “Inconstitucional o decreto de espoliação”, indicava que o projeto apresentado pelo presidente João Goulart feria a Constituição em vários pontos, assim como indicava que, percebendo essas incoerências, seus ardilosos assessores haviam alterado o plano de ação, buscando outra interpretação da Constituição. Cabe destacar, também, o esforço do jornal em vincular o presidente João Goulart e seus projetos de reforma agrária ao comunismo, conforme destacamos:

Encostados à parede e reconhecendo o caráter absolutamente insustentável da tese que vinham sustentando, entenderam agora os assessores **comuno-nacionalistas** do sr. João Goulart mudar a tática [...]. Constituição que invocam em tentativa de desesperada para justificar os seus propósitos vandálicos. Esquece, entretanto o “**staff**” comunista do caudilho [...] (que) o artigo 147 é expresso quando exige [...] que se realize por lei – por lei e não por decreto. (O ESTADO DE S. PAULO, 4 jan. 1964, p. 3, grifos nossos).

Nos dias seguintes, esse tema continuou pautando o jornal. Em 5 de janeiro de 1964, o editorial aprofundava essa discussão e várias matérias mostravam a inconstitucionalidade das propostas apresentadas pelo presidente. No dia 7 de janeiro de 1964, o jornal indicava que o recuo no decreto da SUPRA foi uma manobra. E, no dia seguinte, discutia essa situação em editorial – “O recuo do sr. Jango Goulart” –, dizendo que esse recuo não era fruto do bom senso, mas sim parte de uma ardilosa estratégia:

[...] não se pode sobre isso iludir quem como nós, acompanha os passos do pupilo do sr. Getúlio Vargas, desde que o ditador voltando ao poder [...] empreendeu fazer dele Ministro do Trabalho. [...] Estamos diante de uma pausa [...]. Resolve s. exa. recuar ante os protestos contra o absurdo constitucional que pretendia impor ao País, mas para voltar dentro de em breve à sua mesma linha de conduta, indefectivelmente fiel aos propósitos subversivos [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 8 jan. 1964, p. 3).

O jornal sempre procurou demonstrar o caráter desagregador e subversivo do governo João Goulart. O editorial “A subversão e a conivência oficial” mostrava que o presidente não estava disposto a impedir, por suas ações e omissões, “[...] a criminosa tentativa comunista de afogar a Nação num mar de sangue.” (O ESTADO DE S. PAULO, 9 fev. 1964, p. 3). O texto seguia indicando que as Ligas Camponesas avançavam pela região de Aragarças – às margens do Araguaia – sobre várias cidades. A subversão seria composta, além das Ligas, também “[...] pelos Sindicatos Rurais e pelas uniões estudantis dominadas pelos comunistas”. Ao longo desse material, temos várias referências às armas em posse desses grupos e a organização de estruturas de guerrilha na região. Não nos parece difícil supor que um material como esse poderia causar pânico na sociedade civil. Não podemos desconsiderar que, dentro do contexto da Guerra Fria – acirrada com a Crise dos Mísseis em 1962 –, esse tipo de discurso, anticomunista, difundido pelo jornal encontrava um campo bastante fértil para vicejar.



Ao longo do período analisado, verificamos que as matérias apresentaram um tom de dramaticidade crescente até culminar, em março de 1964, com convocações explícitas de intervenção militar. Tendo, como pano de fundo, o Comício pelas Reformas de Base, ocorrido na Guanabara em 13 de março de 1964, o jornal apresentava “O discurso de Goulart no comício totalitário”. Nessa matéria, o periódico trazia o discurso do presidente João Goulart, na íntegra, e destacava que a “cor do comício” era vermelha, pelas faixas e cartazes do Partido Comunista com “dizeres subversivos”. (O ESTADO DE S. PAULO, 14 mar. 1964, p. 5).

Nessa mesma data, é importante destacar, também, o tom do editorial – “O comício”:

Nunca, portanto, a situação foi tão clara. Sob a bandeira das “reformas”, as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do país. Isto sob a proteção dos tanques e das metralhadoras, com as Forças Armadas transformadas em instrumento do novo poder ditatorial. [...] O povo da Guanabara ficou em casa, deixando a praça Cristiano Ottoni entregue às hordas arregimentadas e aos pelegos de toda a espécie que ali acorreram. E esse simples fato tem um grande significado para todos os democratas brasileiros e uma séria advertência à ditadura que se esboça. (O ESTADO DE S. PAULO, 14 mar. 1964, p. 3).

Verificamos, assim, um campo bastante fértil de análise para compreendermos a construção do “medo” do comunismo e do perigo iminente da implantação da “ditadura sindical”. O editorial “O estado de revolução em Pernambuco”, também de março de 1964, tornava isso muito evidente:

Em Pernambuco estabeleceu-se um espantoso caos. **A cidade de Recife encontra-se praticamente ocupada por elementos de procedência suspeita, ostensivamente armados e que não escondem os seus intuitos agressivos.** No interior, o panorama não é diferente, sendo total a paralisação na área da agroindústria, com os engenhos cercados por piquetes de grevistas.

[...] Pernambuco se transformou em estado sem lei [...]. Assim perguntamos até onde vão as coisas? E até quando permanecerá de braços cruzados o Exército? Não podemos é permitir que seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes se as Forças Armadas continuarem confundir o que ai está com um regime legal. (O ESTADO DE S. PAULO, 5 mar. 1964, p. 3, grifos nossos).

A referência aos “elementos suspeitos, armados e de procedência duvidosa” era clara tentativa de vincular as lutas aos interesses de agitadores profissionais. Além disso, contribuía para disseminar o medo do “avanço do comunismo” e de uma situação de grave crise institucional. Clamava pela unidade nacional, pela intervenção dos militares, que, quando ocorreu, pode ser assim legitimada, bem como a violência sobre os trabalhadores.

A temperatura continuava aumentando. No editorial do dia 24 de março de 1964, intitulado “Escombros da Democracia”, *O Estado de S. Paulo* afirmava que caminhávamos para uma “cubanização do país”, com alta inflacionária e anarquia nas Forças Armadas.

Para os militares, as greves, a quebra da hierarquia nas Forças Armadas, bem como a “ameaça comunista”, justificariam a intervenção. Para Hélio Marques – Tenente Coronel Instrutor da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), em 1964 – a situação estava insustentável, pois:

Acordava-se em dúvida a respeito do fornecimento de energia elétrica e de gás de cozinha; saía-se de casa na incerteza de haver condução para ir e voltar; até as refeições diárias eram incertas, tanto pela questão da obtenção de artigos alimentícios como pelo seu preparo. (MOTTA, 2003, p. 256).

O militar segue afirmando, ainda em seu depoimento, que a sociedade civil dava sinais inequívocos desse descontentamento; nesse sentido, as Forças Armadas foram pressionadas e “empurradas” pelos civis para a intervenção.

Não é fácil definir a importância e a contribuição da imprensa em geral – e do jornal *O Estado de S. Paulo*, em particular – nesse processo de radicalização que antecedeu o golpe civil-militar, mas é evidente que existiu árduo trabalho jornalístico no sentido de desestabilizar o presidente João Goulart, bem como desqualificar suas propostas de Reformas de Base, para conter os avanços sociais.

A fala do Tenente-Coronel Rubens Mário Brum Negreiros, em 1964, mostra a importância dos jornais na legitimidade do processo. Para ele, Goulart era um fraco, dominado pelos comunistas, e a intervenção foi necessária para evitar que os subversivos tomassem, definitivamente, o controle da situação:

Sabia-se, **através de jornais da época**, que no Palácio Laranjeiras, onde o presidente João Goulart se encontrava constantemente, a sala de espera era local de reunião de sindicalistas, onde pelegos relaxados, com os pés em cima das cadeiras e das mesas, demonstravam a intimidade que tinham com o governo. (MOTTA, 2003, p. 101, grifos nossos.)

Para esse militar, os jornais serviram, em 1964, como fonte de informação sobre os caminhos escolhidos por Goulart e hoje servem para buscarmos a “verdade” sobre os episódios de 1964, pois, para ele, era evidente a adesão da sociedade civil ao “movimento de 31 de março”, que: “[...] significou a resposta aos anseios da sociedade [...]. Quem quiser hoje saber se é verdade ou é mentira é só ir às bibliotecas e **ler os jornais** [...]”. (MOTTA, 2013, p. 104, grifos nossos).

Antes de avançarmos para o período pós-golpe e a violência engendrada contra a sociedade em geral – e os trabalhadores em especial –, creio que seja importante, ainda que rapidamente, apresentar algumas possibilidades interpretativas para o processo de 1964. A opção por uma análise, ou outra, tem implicações diretas na interpretação da ação da imprensa. Nesse sentido, Fico (2004) apresenta excelente análise de algumas dessas interpretações, indicando as principais obras e correntes. Para ele, é importante destacar a forte aliança civil militar:

É incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto quanto fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas na caserna. Não são fatores contrapostos. Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média, etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. (FICO, 2004, p. 42).

Em tom crítico em relação à historiografia revisionista, devemos destacar o trabalho de Toledo (2006), que indica uma tendência, a partir de 2004, de associar o golpe ao radicalismo das esquerdas e sua falta de compromisso com a democracia; para ele, no entanto, essa interpretação apresenta “[...] ideias falaciosas que passam a ter significados políticos e ideológicos claros e precisos no debate historiográfico; a rigor endossam uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964.” (TOLEDO, 2006, p. 36).

Importante indicar o trabalho, mais atual, de Melo (2013) que, também, apresenta um posicionamento bastante crítico na análise das interpretações revisionistas – além de analisar outras explicações para o golpe –, indicando que “[...] parte da historiografia acadêmica buscaria endossar o que sempre foi a justificativa das direitas para a derrubada do governo Goulart [...]: um suposto golpe do próprio Goulart, arquitetado com apoio dos comunistas e da própria URSS.” (MELO, 2013, p. 61).

Para Melo, o trabalho que fundamenta essa tendência, publicado ainda em 1993, é a obra “Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964”, de Argelina Cheibub Figueiredo:

Em uma historiografia que começaria a ser produzida no início os anos 2000 e que ganharia grande repercussão no contexto dos quarenta anos do golpe de Estado (2004), as teses revisionistas de Argelina Figueiredo encontrariam guarida, como pode ser aferido nos trabalhos do professor Jorge Ferreira, que explicitamente a toma como referência. Em inúmeros artigos em revistas acadêmicas

e de divulgação científica, em capítulos de livros e em sua recente biografia de João Goulart, a explicação do golpe de Estado de Jorge Ferreira está centrada nesse suposto “déficit democrático”, através de uma narrativa na qual, tal como em Argelina Figueiredo, a luta de classes e a própria conspiração golpista estão ausentes. (MELO, 2013, p. 63).

Essa explicação vincula-se à tese de que o episódio de abril de 1964 foi resposta ao suposto golpe organizado pelas esquerdas. Apesar da crítica de Melo (2013), acreditamos que essa interpretação seja importante, principalmente se deixarmos de lado o “real” e pensarmos a “sensação”, existente no período, de que estava ocorrendo um avanço comunista no Brasil. Para esse autor, “[...] com esse tipo de narrativa, o golpe de Estado é explicado como se as direitas tivessem sido quase que vítimas da radicalização das esquerdas, e, ‘assustadas’, teriam partido para o golpe.” (MELO, 2013, p. 63).

Apesar de não acreditarmos na possibilidade real de um “golpe” das esquerdas ou do presidente João Goulart, não podemos ignorar a ação dos meios de comunicação na difusão dessa possibilidade, contribuindo assim para “assustar” as direitas que, temerosas quanto aos avanços dos trabalhadores e aproveitando-se dessa histeria anticomunista, encontraram campo fértil para promover a tese de que a intervenção militar salvaria a democracia.

Cabe ressaltar que, mesmo Toledo, em sua crítica a essa historiografia revisionista, destaca que “[...] era isso (golpe) o que a direita alardeava pela imprensa, fazendo clara analogia com o golpe que, em 1937, instituiu o *Estado Novo*. Para os setores reacionários, Goulart nada mais fazia do que ser fiel ao ‘caudilho’ Vargas.” (TOLEDO, 2006, p. 37). Temos, portanto, uma forte ação dos grupos conservadores para reforçar e disseminar essa ideia.

Para Dreifuss (1981) e Bandeira (2010), o golpe foi o resultado da organização dos setores conservadores para conter os avanços das camadas populares; essa interpretação “de uma grande conspiração” – que congregava vários setores da sociedade civil e

os militares, além dos EUA – reforça a ideia de “golpe de classes”. Não acreditamos, porém, que são ideias excludentes – de um lado, um “golpe de classes” a partir de uma grande “conspiração”, e, de outro, uma ação preventiva contra um “golpe das esquerdas”. Entendemos que a união dos setores conservadores, contra um suposto golpe de João Goulart e das esquerdas, contribuiu para reforçar a tese de um “golpe de classes”.

Ainda nesse sentido, Cunha afirma que:

Relativamente às motivações que conduziram a 1964 é certo que as elites civis urbanas identificaram no golpe e na ditadura o caminho para implantar um novo regime econômico que privilegiasse o capital nacional associado ao multinacional. No campo, os senhores de terra visualizaram o golpe e a ditadura como a solução para evitar a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas à área rural. Na cidade e no campo, as elites civis entendiam que era preciso reprimir, disciplinar, submeter e tornar os trabalhadores mais produtivos, com o fim de possibilitar uma maior acumulação de riqueza, bem como manter os privilégios existentes. (CUNHA, 2014, p. 60).

A autora segue afirmando que ocorreu grande colaboração entre empresas e agentes públicos no sentido de reprimir as manifestações populares de formas preventiva e reativa, buscando impedir “[...] filiação ao sindicato, a participação em assembleias, a organização de chapas de oposição para concorrer em eleições para a diretoria dos sindicatos [...] dificultando a articulação e a retomada dos sindicatos por setores progressistas.” (CUNHA, 2014, p. 63).

Carneiro e Cioccarri destacam que a violência no pós-1964 indicava essa situação, de “golpe de classes”:

Uma repressão política que revela uma violência de dupla face, uma comandada diretamente pelo Estado, pela ação das forças policiais e do Exército, e outra, privada, expressa pela ação de milícias e jagunços a mando de latifundiários. Um imbricamento

que acentua a singularidade da repressão política no campo, e que não deixa dúvida de que a resistência dos camponeses, na sua luta por terra e por direitos, trazia em si toda a energia da luta pelas transformações democráticas do campo e do país. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 14).

Assim, apesar de várias possibilidades interpretativas para o golpe, suas razões e a importância de cada setor, é inegável que a queda do presidente João Goulart representou um duro golpe para os trabalhadores e, de fato, teve um caráter de choque de classes, possibilitando a união – antes e depois de 1964 – de industriais, banqueiros, latifundiários, meios de comunicação e militares, para reverter os avanços sociais alcançados pelas classes populares.

A derrubada de João Goulart pelos militares representou a interrupção deste processo de ascensão da mobilização da classe trabalhadora brasileira. A elaboração de uma nova política trabalhista encetada pelo governo de Castello Branco (1964-1967), aplicada em conjunto com as medidas repressoras, assim como as intervenções nos sindicatos, possibilitou uma verdadeira revanche patronal. A aliança entre empresários e a polícia tornou-se ainda mais sólida e disseminada. Um clima de medo e perseguições passaria a dominar o interior das empresas. No campo, um número ainda não calculado de trabalhadores rurais foi expulso de suas terras e muitos foram mortos. Uma política econômica antitrabalhista proibiu greves, comprimiu salários, acabou com a estabilidade no emprego, facilitando demissões e a rotatividade da mão de obra. O deliberado enfraquecimento dos sindicatos facilitou em muito a superexploração dos trabalhadores, uma das marcas do regime autoritário, elevando o número de acidentes e mortes nos locais de trabalho. (NEGRO, 2014, p. 5).

No pós-1964, realmente, a organização e a luta dos operários tornaram-se, pelo menos dentro da legalidade, praticamente impossíveis. Já em julho de 1964, o direito de greve foi regulado

pela Lei 4.330, que dificultava sobremaneira a possibilidade de greves, proibindo funcionários públicos e trabalhadores de serviços essenciais de qualquer manifestação grevista. O número de greves, que vinha crescendo até 1963, caiu de forma abrupta após abril de 1964. No campo, a organização em torno das Ligas Camponesas ou dos Sindicatos Rurais também sofreu duro golpe com a intervenção militar.

A violência contra os trabalhadores teve início já nas primeiras horas da movimentação golpista, sempre buscando conter e controlar os trabalhadores. Cunha (2014) indica que, só no ano de 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho.

Carneiro e Cioccarri chamam a atenção para o tratamento conferido a Gregório Bezerra – nome importante na organização dos trabalhadores rurais, militante do PCB e ex-deputado federal – no raiar do novo governo: “No dia 2 de abril de 1964, uma cena para o país não esquecer: Gregório, aos 64 anos, foi obrigado a desfilar pelas ruas de Recife com três cordas amarradas no pescoço, puxado por um jipe, enquanto era espancado por militares [...]” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 39).

Em 4 de abril de 1964, o editorial “Solução revolucionária” orientava a população a se unir contra os inimigos nacionais, identificados como as “velhas raposas” da política que queriam retomar o controle do país. No dia seguinte, a população brasileira era brindada com um novo editorial que defendia os militares. Ele tinha o seguinte título: “Inadmissível usurpação da vitória.” Em tom dramático, esse editorial expunha as dificuldades enfrentadas na segunda fase da “revolução” e, sem meias palavras, afirmava que o “[...] movimento militar assegurou tão estupenda vitória democrática ao povo brasileiro.” Na sequência, destacava a necessidade de levar “[...] avante até o fim o desmonte da formidável organização aqui montada para arrastar o Brasil à órbita do Império comunista.” (O ESTADO DE S. PAULO, 4 abr. 1964).

O jornal buscava, assim, mostrar que uma batalha havia sido vencida, mas a guerra contra a ameaça comunista apenas começara. Esse tipo de discurso foi utilizado para justificar a violência que se abateu sobre operários e camponeses.



Desmesuradamente os condutores da ditadura labutavam para mostrar que a sua noção de ordem social era produto dos anseios da maioria da população. Nestes termos, o regime insistia em que ele possuía todos os elementos que permitiam a sua identificação com o povo. Ao pressupor que havia esta identificação, os militares circunscreviam a ação de todos à sua ação. Assim, tudo o que estava fora deste limite deveria ser decididamente repellido e/ou eliminado. Justificava-se, assim, a repressão a determinados grupos que se negavam a identificar-se com o regime em vigor. Portanto, tudo o que estava fora dos limites desta relação de identificação em quaisquer campos (objetivo e/ou subjetivo) estava sujeito ao controle, rechaçamento e até eliminação. (REZENDE, 2013, p. 4-5).

Dessa análise de Rezende, devemos destacar a construção de uma ideia de legitimidade da ação militar, da violência, das torturas, uma vez que se afirmava como um “anseio de todos” contra os “inimigos da nação”. Em grande medida, essa visão foi criada ou fortalecida pelos meios de comunicação, que se apresentavam como porta-vozes da opinião pública.

### **Considerações finais**

Por diversas vezes, conforme destacamos ao longo desse trabalho, o jornal tentou imputar às organizações sindicais e aos trabalhadores a responsabilidade por uma suposta baderna reinante no país, indicando que suas reivindicações e lutas – greves nas cidades e ocupações no campo – estavam diretamente relacionadas à expansão de uma “ameaça comunista”. Essa construção imagética, dos trabalhadores vinculados ao “império vermelho” e de caos no país – largamente difundida pela imprensa –, contribuiu para legitimar a violência de latifundiários contra camponeses imediatamente após o golpe, bem como a violência do Estado na repressão ao movimento operário nas cidades.

Como indicam Carneiro e Ciocari, a violência foi intensa, ampla e imediata:

Quase todos os dirigentes das Ligas foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, o *Diário de Pernambuco* noticiava que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Nessas execuções sumárias, ficavam evidentes os compromissos entre o latifúndio e o poder militar que comandava o país. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 27).

Em matéria intitulada “Continuam as prisões e devassas”, o jornal *O Estado de S. Paulo* indicava, de maneira implícita, aquilo que acreditamos ser uma das justificativas para esse tipo de violência: “As autoridades do Departamento de Vigilância Social de Minas esperam esclarecer as atividades que vinham desenvolvendo em Minas as ‘Ligas Camponesas’ [...] onde se preparava a invasão de terras e extermínio de diversos proprietários” (O ESTADO DE S. PAULO, 23 abr. 1964, p. 64). A matéria seguia afirmando que vários “agitadores” haviam sido presos e estavam sendo interrogados para que indicassem outros nomes envolvidos no processo. Desse modo, o jornal acabava por legitimar a violência dos latifundiários, pois seria apenas uma reação de defesa contra a violência dos camponeses, ao direito natural à propriedade privada e à própria vida dos proprietários.

Contra os operários, a repressão e violência não foi diferente, como destaca Cunha:

Os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar. Essa afirmação evidencia-se pela violência anterior ao golpe, praticada nos estados em que os governadores, forças militares e policiais, articulados com o governo norte-americano, já estavam conspirando contra o governo federal, bem como pelos duros ataques, desde as primeiras horas, impostos aos trabalhadores e a seus órgãos representativos de classe. Evidencia-se, também, pelas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pela ditadura militar e pelo número de vítimas das graves violações sofridas, na comparação com vítimas de outras classes sociais. (CUNHA, 2014, p. 56).

Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a ação foi necessária, justamente, para garantir a manutenção da democracia: “[...] o significado do primeiro de abril é [...] um triunfo alcançado [...], finalmente a democracia brasileira venceu a ditadura sobre cujas estruturas a Nação vegetava.” (O ESTADO DE S. PAULO, 2 abr. 1964, p. 3).

Como podemos verificar, o jornal buscava conferir legalidade e legitimidade ao movimento militar, com o sempre insuspeito argumento de que tais medidas eram necessárias para garantir a manutenção do regime democrático, constantemente ameaçado pelo governo João Goulart.

O destaque dado à fala do general Castelo Branco, apresentado a seguir, indicava que a ordem voltaria a reinar e que todos aqueles que haviam colocado a nação em risco seriam punidos:

Disse que a Revolução não foi feita [...] para vingança, a maldade, o ódio, a violência. Foi feita para restaurar a confiança no trabalho, no amor, no carinho e na honra [...] estamos prendendo aqueles que queriam ser os assassinos do povo brasileiro [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 8 abr. 1964, p. 7).

Para Cunha, é importante destacar que tivemos uma ampla aliança pré-1964, mas também no pós-1964, para a consolidação desse novo modelo. Observamos, assim, uma forte ação colaborativa entre o Estado ditatorial e as empresas privadas, onde se destaca “[...] a organização de um poderoso sistema de controle e vigilância e a militarização das fábricas.” (CUNHA, 2014, p. 64).

Mais realista do que o rei, o jornal publicaria ainda, em 18 de abril de 1964, editorial intitulado “A Revolução e a Suprema Justiça”, onde afirmava “que os expurgos estão muito lentos, muitos civis que contribuíram para levar o país ao caos continuam impunes”. Reforçava, dessa forma, a necessidade de levar adiante a “cruzada anticomunista”, indicando a importância da repressão àqueles que colocavam o país em risco, justificando, assim, a existência e a manutenção de uma “união sagrada”.

O processo de formação da “União Sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticos, religiosos e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária. (MOTTA, 2002, p. 264).

Mais uma vez, cabe destacar que o “real” é irrelevante diante dessa construção imagética do avanço comunista e os riscos advindos das mobilizações dos trabalhadores no campo e nas cidades. O medo, no entanto, era de fato “real” e, nesse sentido, o jornal teve relevância na construção das bases para o golpe de 1964. Ainda que sua importância tenha sido mais no sentido de consolidar uma ideia – que legitimava a intervenção militar – do que propriamente construir uma opinião pública nesse sentido, não podemos reduzir as responsabilidades desse jornal, em especial, e da imprensa em geral, no golpe e na consolidação do regime militar pós-1964.

### **Bibliografia**

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CORRÊA, Larissa Rosa. A “Greve dos 700 Mil”: Negociações e conflitos na Justiça do Trabalho. São Paulo, 1963. *História Social*, Campinas, n. 14/15, p. 219-236, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, p. 255-272, dez. 2007.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. *Jango: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record. 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v.1, n.1, p. 49-74, jul.-dez./2013.

MOTTA, Aricildes M. (Org.). *31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editoria, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEGRO, A. L.; CORRÊA, L. R.; FONTES, P. Trabalhadores e a ditadura. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 5-9, jan./jun.2014.

NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de N. (org.), *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

TOLEDO, Caio N. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 27, p. 27-48, jul. 2006.

Recebido em fevereiro de 2016.

Aprovado em agosto de 2017.